

PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA OS SURDOS

1

Ivonezia Santos Souza

Marcela Carine Monteiro Silva

Gerson Pereira da Silva

Faculdade Ages Senhor do Bonfim-BA

RESUMO:

O presente artigo, tem por objetivo abordar os temas dos direitos humanos e cidadania, bem como a Inclusão educacional em Libras para os surdos, visto que essa língua é parte de comunicações que são entendidas em uma perspectiva integral e multidimensional, ficando evidente que o respeito aos direitos humanos tem distintas vertentes e desafios. Há profunda desigualdade social, acesso limitado e oportunidade de educação, saúde pública percorrida questão a Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais de modo precário. Preferencialmente, no ensino regular é uma das principais metas da Lei de Diretriz e Bases da Educação, sendo assim, o aluno surdo poderá ser incluído no ensino regular. Com o proposto de compreender como é feita a inclusão do aluno surdo, quando seu contexto linguístico é trazido para o espaço escolar, este trabalho aborda uma questão pertinente à organização do espaço escolar no início da escolaridade do aluno surdo: a ação educacional. Essa abordagem se deu através de fundamentação teórica seguindo as teorias de Quadros (2004), Penha, Silva e Carvalho (2014) os quais trazem concepções de como a Libras é importante a fim de incluir pessoas surdas na sociedade e na escola.

Palavras chave: Surdez; Educação; Inclusão.

¹ Acadêmicos do oitavo período em Letras da Faculdade Ages-Senhor do Bonfim-BA

ivonezias@fcademico.faculdadeages.edu.br, gersons@academico.faculdadeages.com

Acadêmica do sétimo período marcelac@academico.faculdadeages.edu.br

Artigo científico para a nota parcial de Avaliação 3 da Unidade Curricular Inclusão e Libras e Trabalho de Conclusão de Curso em 2021.1 sob as orientações das professoras Ms.Alexandra Cardoso da Silva Duarte e Esp.Claudiana Ribeiro dos Santos Andrade.

PERSPECTIVAS DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA PARA SORDOS

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo abordar los temas de derechos humanos y ciudadanía, así como la inclusión educativa en Libras para sordos, ya que este lenguaje forma parte de comunicaciones que se entienden en una perspectiva integral y multidimensional, haciendo evidente que el respeto a los derechos humanos tiene diferentes aspectos y desafíos. Existe una profunda desigualdad social, acceso limitado y oportunidades para la educación, temas de salud pública cubiertos en la escuela. Inclusión de estudiantes con necesidades educativas especiales de manera precaria. Preferiblemente, en la educación regular es uno de los principales objetivos de la Ley de Directrices y Bases de la Educación, por lo que el alumno sordo puede ser incluido en la educación regular. Como se hace el propósito de entender la inclusión de los estudiantes sordos, cuando su contexto lingüístico es trasladado al espacio escolar, este trabajo aborda una cuestión relevante para la organización del espacio escolar en el inicio de la escolarización del estudiante sordo: la acción educativa. Este enfoque se llevó a cabo a través de la base teórica siguiendo las teorías de Quadros (2004), Penha, Silva y Carvalho (2014) quienes aportan concepciones de cómo Libras es importante para incluir a las personas sordas en la sociedad y en la escuela.

Palabras clave: Sordera; Educación; Inclusión.

2.1. INTRODUÇÃO:

A escolha deste tema é fundamentada na importância de compreensão sobre o processo de incluir o aluno surdo desde o início da educação básica na rede regular até sua conclusão da mesma. Uma vez que a Política de Educação vigente, a qual o princípio básico é “Educação para todos”, tem como um de seus alcances principais a inclusão, de preferência, no ensino regular dos alunos com necessidades educacionais especiais ou deficiências, independentemente de suas limitações.

Sendo assim, as escolas regulares têm recebido estes alunos, entretanto, há várias discussões, dúvidas e equivocados conceitos, no que diz respeito à sistematização destes espaços, questões fundamentais a fim de que o sujeito nele inserido seja estimulado a desenvolver suas competências e habilidades, reconhecendo suas potencialidades.

Com os propósitos de entender e conhecer o espaço escolar desde o início da escolarização do aluno surdo, este estudo se deu por meio de observação, coletiva

² Faculdade Ages Senhor do Bonfim-BA – ÂNIMA EDUCAÇÃO

de como relata os profissionais da área de Inclusão e Libras, que regula a base dos mesmos em geral, compreender a deficiência dos alunos, abordando o respeito e o direito a Educação regular.

Buscamos com este trabalho conhecer o mundo escolar dos alunos especiais, ou seja, escolarização do indivíduo surdo incluído na rede regular de ensino a fim de encontramos respostas que expliquem o baixo rendimento apresentado por estes ao concluírem o ensino fundamental.

Tem sido um grande desafio a inclusão dos indivíduos Deficientes Auditivo na cultura das organizações no Brasil. Levando em conta as questões sociais, culturais e educacionais, o indivíduo deficiente auditivo, e outras que impossibilita o convívio social, que seja surdos mudos imperativos ou quaisquer distúrbios, porém, não são vistos de maneira digna pela sociedade que o acabam excluindo dos seus habitares.

Por serem diferentes tem limitações impostas por suas condições. São definidos como deficientes e, portanto, incapazes, isso acontece por conta de um distúrbio no processo de linguagem que o surdo tem no seu desenvolvimento, já que na maior parte das vezes, o acesso a ele é sem importância pela sociedade.

O Brasil reconheceu a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), por meio da Lei n: 10.436, como a Língua das comunidades Surdas brasileiras.

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual e motora com estrutura gramática própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Lei n: 10.436 de 24 de abril (2002).

Assim, o tema que será tratado neste artigo será: Perspectivas da educação inclusiva para os surdos. Com este será demonstrado o fato da exclusão do Deficiente, quer seja auditiva, imperativo ou qualquer outra, afastar os mesmos do convívio social, ou de natureza eficiente, na cultura da organização.

Neste trabalho, abordaremos sobre a importância da linguagem; discorreremos sobre a educação dos surdos, a legislação referente a inclusão do educando surdo e apresentaremos algumas teorias de concepções inclusivas no ensino de discentes com surdez.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Fundamentação teórica

A Língua de acesso aos surdos denominada por Libras não é pertencente ao universo como um todo, visto que em cada país há sua própria língua de sinais. No Brasil obtemos a Libras como a língua natural dos surdos brasileiros, a qual tem interferência na cognição de pessoas surdas e age de modo integral no desenvolvimento desses indivíduos.

Essa língua de acordo com Andrade e Fontes (2009) foi uma conquista muito significativa na vida dos surdos, porque além deles obterem seu idioma própria, obtém também a garantia de seu desenvolvimento. Com isso, pessoas com surdez, podem viver na sociedade exercendo a cidadania.

Neste sentido, Fernandes (2003) postula que a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) deve ser destinada aos surdos como um direito dos mesmos, no qual se garante um meio eficaz comunicativo que proporciona ao desenvolvimento cognitivo no tempo apropriado.

Tendo em vista esses pressupostos, quando é falado sobre surdos, trata-se de pessoas que possuem direitos, deveres e identidade comunicativa, ainda que seja de modo diferente, há o processo comunicativo nos indivíduos com surdez.

Nessa concepção vale ressaltar que o surdo deve ser conhecido como tal, assim como afirma Quadros (2004) dizendo que os indivíduos surdos:

São as pessoas que se identificam enquanto surdas. Surdo é o sujeito que apreende o mundo por meio de experiências visuais e tem o direito e a possibilidade de apropriar-se da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento e garantir o trânsito em diferentes contextos sociais e culturais. A identificação dos surdos situa-se culturalmente dentro das experiências visuais. Entende-se cultura surda como a identidade cultural de um grupo de surdos que se define enquanto grupo diferente de outros grupos. Essa cultura é multifacetada, mas apresenta características que são específicas, ela é visual, ela traduz-se de forma visual. (QUADROS, 2004, p.10)

Por isso, compreende-se que os surdos possuem sua própria língua que estas contêm na concepção de Quadros (2004, p.8) “[...] as propriedades específicas das línguas naturais, sendo, portanto, reconhecidas enquanto línguas pela Linguística”.

Diante disso, podemos compreender que as línguas de sinais

“[...] são produzidas por movimentos das mãos, do corpo e expressões faciais em um espaço à frente do corpo, chamado de espaço de sinalização. A pessoa ‘recebe’ a sinalização pela visão, razão pela qual as línguas de sinais são chamadas de visoespaciais ou espaço-visual”. (HARRISON, 2014, p.31).

Haja vista tais concepções, quando nasce uma criança ouvinte, esta já possui o contato com a linguagem, já o surdo precisa de um auxílio para obter sua língua, desse modo, de acordo com Andrade e Fontes (2009) é em suma, muito importante ser incluída a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) desde a educação infantil, já que se todos obterem o conhecimento desta, facilita a comunicação entre ouvintes e surdos.

Entretanto, embora muitos docentes acreditem que a inclusão de surdos na escola é realizada apenas quando se colocam intérpretes de Libras, isso não é inclusão, é apenas integração, visto que o surdo deve conhecer sua língua desde as fases iniciais de alfabetização a fim de obter o seu próprio meio de comunicação.

Desse modo, é válido ressaltar que integrar e incluir não é a mesma coisa, assim como discorre Facion (2012) integração é colocar o aluno com deficiência na escola e esperar que este se acostume como o espaço e a didática de ensino da instituição, já a inclusão respeita as limitações do discente possuinte de necessidades especiais e adequa o ambiente e a aprendizagem para este educando.

Por causa disso, é de suma importância que o professor, mesmo que de forma básica possua conhecimento da Libras a fim de obter comunicação com alunos surdos, não como substituto dos intérpretes, mas para compreender como passar e receber as atividades escolares realizadas por discentes com surdez.

É notório então que, a Libras precisa ser a primeira língua da alfabetização de surdos. Porém, nem sempre isso ocorre, então ainda que de modo tardio os alunos com surdez devem apropriar-se de sua língua natural, visto que há a necessidade destes se comunicarem, embora quando adquirida com atraso poderá resultar em alguns problemas relacionados ao esquecimento de determinados significados ou a ausência de compreensão dos mesmos.

Faria et all (2011. p.184) declara que:

[...] a língua de sinais ainda precisa ser difundida na sociedade para que sejam garantido ao surdo os espaços de que ele, enquanto cidadão, necessita. Embora a escola esteja assumindo a função de espaço para o surdo interagir em sua própria língua, isso ainda é muito pouco, porque ela também é uma instituição que tem a função de transmitir conhecimentos específicos e forma socialmente o cidadão.

É importante lembrar que na visão de Penha, Silva e Carvalho (2014, p.54) para a escola exercer a prática educacional de surdos é preciso que não apenas integre esses alunos nas aulas direcionadas aos ouvintes, pois.

[...] a surdez é muito mais uma questão linguística e cultural do que propriamente ligada à deficiência. A necessidade especial do aluno surdo refere-se, principalmente, à comunicação e compreensão de como se estabelece a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento cognitivo do indivíduo surdo.

Uma das perspectivas primordiais para educação inclusiva de surdos é a relação entre família e escola, tendo em vista que é postulado por Cláudio e Neta (2009 p.4) com base nos pressupostos de Osório (1996), que a família é “[...] é o núcleo inicial e a base do desenvolvimento da criança”. Na concepção de Goldfeld (1997 apud CLAUDIO; NETA, 2009, p.4), “[...] é a família que dá o significado das coisas e do mundo para a criança quando esta se encontra no início do desenvolvimento linguístico. É partindo desses primeiros significativos que a criança vê e participa do mundo em que vive”.

O papel da escola é aceitar o diferente e muitas vezes se depara com o desafio das famílias não aceitarem este. Com isso, o âmbito de ensino desenvolve a administração da construção indenitária de indivíduos surdos e com demais tipos de deficiências.

Todavia, a criança que tem uma atenção melhor da família contribui de modo significativo para o desenvolvimento escolar. Contudo, a escola precisa estar preparada no que diz respeito a recepção de alunos surdos.

Com base nisso, Schwanck (2010, p.14) seguindo as ideias de Parolim (2010) discorreu que: “[...] a escola é um espaço coletivo, no qual deve atender as necessidades todos e quando isto não ocorre, esta não está cumprindo com seu papel social de instrumentalizar o aprendiz para a necessária inserção social”.

Em vista disso, Carvalho e Silva (2014, p.5): discorrem que: “[...] escola regular precisa dispor de recursos que tornem possíveis o processo de inclusão, acesso à língua de sinais, materiais concretos e visuais, orientação de professores de educação especial, salas e recursos”.

Nessa perspectiva, os discursos que lutam por uma educação bilíngue vêm se ampliando cada vez mais e vem tratando o surdo não mais como doente e sim como diferente.

Embora a língua natural do surdo seja a Libras, ele também pode passar compreender a comunicação em língua portuguesa, pois segundo Felipe (1983): a comunidade dos surdos.

Não é um ambiente onde se encontram pessoas surdas consideradas "deficientes", que têm problemas de comunicação: mas um lugar onde há participação e articulação política dos surdos que se organizam em busca de melhorias e lutam por seus direitos de cidadania e também por seus direitos linguísticos (FELIPE, 1983, p.08).

Mediante a tais aspectos, as crianças surdas inseridas no contexto bilíngue têm primeiro a Libras como língua e o português como segunda, ainda que não escrevam do mesmo modo do ouvinte, diante disso, é necessário que a língua portuguesa seja também parte da alfabetização dos surdos com o alcance de fazer com estes estejam inclusos no contexto dos demais alunos, porém, de maneira que respeite a compreensão linguística dos mesmos.

Nesse aspecto, Quadros e Schmietd (2006, p.13) postulam que:

O contexto bilíngue da criança surda configura-se diante da coexistência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa. No cenário nacional, não basta simplesmente decidir se uma ou outra língua passará a fazer ou não parte do programa escolar, mas sim tornar possível a coexistência dessas línguas, reconhecendo-as de fato, atentando-se para as diferentes funções que apresentam no dia-a-dia da pessoa surda que está se formando (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p.13).

A LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) trouxe a garantia para todas as crianças surdas cursarem o ensino regular por meio da lei 9.394/1996. Em 2002 a Libras foi legalizada no Brasil e incluída como disciplina nas licenciaturas das instituições de ensino superior de acordo com a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

Ainda que as crianças surdas possam enfrentar dificuldades na aprendizagem, se torna de grande significado adequar o contexto de linguagem da escola diante da língua natural dos surdos, e adaptar o ensino da língua portuguesa como segundo idioma a fim de inseri-los no contexto social, educacional, fazendo dos mesmos sujeitos de direitos e deveres.

2.2 Metodologia

Algumas perspectivas são essenciais na alfabetização de surdos, por isso, esse trabalho amparado na metodologia qualitativa de Marconi e Lakatos (2009) a

qual é feita a partir do contato bibliográfico do pesquisador com o referencial teórico que proporciona o suporte nas produções científicas, vem trazendo alguns pressupostos de como exercer a educação inclusiva de alunos com surdez.

1-A primeira é obter a percepção que todas as crianças com deficiência ou que requerem atenção especial tem direito de estarem inclusos no ensino regular.

2-A segunda é saber que os surdos têm língua própria a qual deve fazer parte de seus contextos linguísticos desde a educação infantil.

3-A terceira é as escolas incluir a Libras como primeira e principal língua dos surdos.

4-A quarta é os professores obterem pelo menos o conceito básico da Libras com finalidade de haver melhor aplicação e recepção das atividades.

5- A quinta é a escola está entrelaçada com a família para que o desenvolvimento da criança surda na escola seja eficiente.

6- A sexta é trazer o contexto da língua portuguesa para os surdos como um meio de fazer com que estes socializem com os ouvintes, entretanto respeitando o modo diferenciado da escrita do aluno surdo.

Nessas concepções é de grande relevância ressaltar que:

A inclusão de todos na escola independentemente do seu talento ou deficiência, reverte-se em benefícios para os alunos, para os professores e para a sociedade em geral. O contato das crianças entre si reforça atitudes positivas, ajudando-as a aprenderem a ser sensíveis, a compreender, respeitar, e crescer, convivendo com as diferenças e as semelhanças individuais entre seus pares. Todas as crianças, sem distinção, podem beneficiar-se das experiências obtidas no ambiente educacional (FERREIRA, 2005, p. 124).

Em suma, todas as estratégias estabelecidas aqui são de total importância na educação de surdos.

[...] uma vez que eles, em geral, tiveram poucos interlocutores em sua língua e, conseqüentemente, poucas oportunidades de trocas e de debates além de não terem acesso completo aos conteúdos de filmes, programas de televisão e outras mídias que privilegiam a oralidade (e nem sempre contam com legenda), ou possuem textos complexos de difícil acesso a alunos surdos

com dificuldades no letramento em língua portuguesa. Deste modo, é frequente que estes alunos cheguem ao espaço escolar com conhecimentos de mundo reduzidos quando comparados com aqueles apresentados pelos alunos que ouvem, já que estes podem construir conceitos a partir das informações trazidas pela mídia, por exemplo. (LACERDA; SANTOS; CAETANO, 2014, p. 185).

A escola quando age de modo inclusivo tenta diversas estratégias para lutar por uma educação direcionada aos diferentes de modo que estes alcancem o melhor desempenho.

2.3 Resultados e discussão

Com base nas teorias estudadas e analisadas, é perceptível que se deve lutar por uma escola inclusiva para os surdos, isto é, uma instituição bilíngue, é preciso refletir sobre a situação linguística do surdo na educação, visto que não ocorre apenas quando se inclui intérpretes na rede regular de ensino, mas alfabetiza o aluno com surdez desde a infância na Libras.

A escola precisa adaptar as atividades de modo que o aluno surdo compreenda por meio dos espaços visuais, as tarefas de escrita devem ser aceitas do modo que os alunos surdos escrevem, pois, a língua natural destes não é a portuguesa e sim a Libras.

De acordo com Lorenzetti apud Caetano e Lacerda (2013) as escolas contêm a hierarquização de modo que não atendem as necessidades dos surdos, apenas dos ouvintes, querendo que os discentes com surdez realizem atividades extras a fim de obterem aprovação e não adequando as tarefas dos não surdos para os que não ouvem, com o objetivo de fazer os diferentes exercerem a mesma prática, ainda que seja de modo diferente a produção e avaliação.

O professor além de estar em parceria com a família dos surdos devem ser parceiros de outros colegas que dão auxílio na educação de pessoas com deficiência, seja auditiva, visual ou física, assim como Moran, Masetto e Behrens (2012) relatam:

Ver o professor como parceiro idôneo de aprendizagem é mais fácil, porque esse padrão está mais próximo do tradicional, mas ver seus colegas como colaboradores para seu crescimento significa uma mudança importante e fundamental de mentalidade no processo de aprendizagem. Essas interações (aluno-professor-aluno) conferem um pleno sentido à corresponsabilidade no processo de aprendizagem. (MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2012, p. 150):.

3.CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como pauta mostrar algumas perspectivas da educação inclusiva de alunos surdos na rede regular de ensino, visando os direitos humanos e as políticas públicas educacionais que garantem acesso a educação para pessoas deficientes ou que carecem de atenção especial educacional.

A escola sendo um espaço social, deve acolher o aluno surdo e adaptar o ensino para isso trazer as perspectivas de inclusão das quais se resumem em perceber que o aluno com deficiência tem o direito de está incluso na educação e não integrado; compreender que um aluno surdo tem como sua língua natural a Libras e desse modo, lutar para que a escola a inclua como disciplina.

Outras perspectivas são: os professores obterem pelo menos o conhecimento básico da Libras como forma de facilitar a comunicação nas adaptações de atividades; a escola estabelecer laços com a família para adquirir saberes sobre o aluno surdo e ajudá-lo na evolução do ensino-aprendizagem.

E outra perspectiva muito importante é não excluir o aluno surdo do contexto das aulas de língua portuguesa, porém respeitar o seu nível de escrita, já que esse não é o seu idioma próprio de comunicação, o português na educação dos surdos serve como um meio de socialização entre eles e os ouvintes.

Portanto, embora haja diversos desafios na inclusão dos surdos dentro do ensino regular, estes têm isso como um direito garantido nas leis brasileiras e precisam obter a educação adequada diante de todas as perspectivas pautadas aqui. Por isso, recomendamos que professores, famílias e tutores de crianças surdas lutem por um ensino bilíngue na rede regular, sendo este a melhor escolha para os discentes com surdez.

4. REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. N.; FONTES, P. O. **O ensino da segunda língua brasileira (libras) na educação infantil.** 2009 Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_or_al_idin_scrito_1838_c646119e204e586fff5efd8b80d0b881.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 10 maio 2015.

CARVALHO, N. S. A.; SILVA, C. A. F. Educação inclusiva para surdos. **Revista Virtual de Cultura Surda**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 1-25, 2014.

CLAUDIO, J. P.; NETA. C. N. X. **O mundo surdo infantil.** Porto Alegre: FADERS, 2009.

FACION, José Raimundo. **Inclusão escolar e suas implicações** [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2012

FARIA, E. M. B. et al. **Língua de sinais: um instrumento viabilizador do desenvolvimento cognitivo e interacional do surdo.** In: DORZIAT, A. Estudos surdos: diferentes olhares. Porto Alegre: Mediação, 2011.

FELIPE, T. M. **Bilingüismo e surdez.** In: Anais do Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, 1, 1989, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1983.

FERREIRA, MEC. Reflexões críticas acerca de alguns conceitos relacionados à integração/inclusão de criança com deficiência no ensino regular. **Revista Pedagógica.** v. 15. Chapecó/SC, 2005.p. 107-134.

FERNANDES, E. A. **Linguagem e surdez.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

HARRISON, Kathryn Marie Pacheco. LIBRAS: apresentando a língua e suas características. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar. 2014. p. 27-36

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (Org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?:** Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013. Cap.13, p. 219-236.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira; CAETANO, Juliana Fonseca. Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira (org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar. 2014. p. 185-200.

MARKONI, M.A; LAKATOS,E.V. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2009

MORAN, Manuel José; MASETTO, Marcos T; BEHRENS Marilda Aparecida. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ªed. Campinas: Ed. Papirus, 2013.

PENHA, L. D. S.; SILVA, L. D. S.; CARVALHO, C. M. N. **A inclusão do aluno com surdez na instituição escolar**. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 13, n. 5, p. 36, 2014.

QUADROS, Ronice Muller (org). **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. **Secretaria de Educação Especial**; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

QUADROS, R.M.; SCHMIEDT, M. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

SHWANCK, T. M. **Inclusão e surdez na educação infantil**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Três Cachoeiras, 2010